

tradução e edição, são devidos ao já mencionado Pe. Johan Konings, SJ, que merece todo o nosso reconhecimento.

A segunda observação final é sobre a própria tradução. Quando fui convidado a participar da equipe, o Novo Testamento já tinha sido traduzido, e minha colaboração seria, portanto, e foi, para o Antigo Testamento. Lembro-me de que, na primeira reunião e, depois, em reuniões sucessivas, insisti em que, se quiséssemos uma “Bíblia da CNBB” com características próprias, mesmo exclusivas, que a diferenciasses das outras traduções em curso, todas feitas a partir dos textos originais, nós deveríamos efetivamente tomar como texto-base a *Nova Vulgata*, tradução latina oficial da Igreja Católica, publicada em 1979 e, depois, numa edição revisada, em 1986. Naturalmente, a tradução deveria levar em conta certas características do latim, por exemplo, a ausência dos artigos definidos e, mesmo, certos termos e locuções que não correspondem bem ao texto original, como aliás já o tradutor do Sirácida reclamava a propósito da Septuaginta em relação ao hebraico. Por isso, em determinadas passagens, em notas, indicar-se-iam as discrepâncias ou diferenças da Nova Vulgata em relação aos textos originais, ou mesmo, quando não houvesse dúvida, se preferiria o texto original ao da Nova Vulgata. De resto, convenci-me, em muitos casos, de que a Nova Vulgata realmente corrigiu as falhas da Vulgata Sixto-Clementina, publicada no fim do século XVI, após o concílio de Trento. Um exemplo, entre muitos: em Gn 3,15, se a Vulgata traduziu *ipsa conteret* (ela, a mulher, te esmagará a cabeça), a Nova Vulgata traduz, a partir do Texto Massorético, *ipsum conteret* (ele, o descendente/descendência da mulher). Mas fui voto vencido, e a maioria optou por fazermos uma tradução a partir dos textos originais, embora levando em conta as opções da Nova Vulgata, “ela mesma baseada nos documentos originais”, como lembra a Apresentação da 1ª edição, assinada pelo Presidente da CNBB, Dom Jayme Henrique Chemello. Em todo caso, fica registrada a minha opinião de que, se tivéssemos optado por uma tradução integral da Nova Vulgata, a Bíblia da CNBB teria tido uma característica especial que realmente a diferenciaria das outras muitas versões atualmente correntes no Brasil.

Seja como for, aí está a bela realização de um projeto há mais tempo acalentado e agora, desde julho de 2001 – e, em 2ª edição, desde julho de 2002 –, tornado realidade: a CNBB tem a “sua” Bíblia. Ainda não declarada “oficial”, mas é a “sua” Bíblia, a qual, devidamente aperfeiçoada e atualizada, deverá daqui para a frente iluminar a caminhada de fé da Igreja no Brasil.

Pe. Ney Brasil Pereira
Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no Itesc
Itesc – cx. postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC
neybrasi@terra.com.br

Odette Mainville (org.). *Escritos e ambiente do Novo Testamento – Uma introdução*. Petrópolis, Vozes, 2002, 140 x 210 mm, 324 p. [Tradução do francês].

Os estudos sobre o Jesus da história e o ambiente histórico-social em que atuou, bem como sobre os escritos do Novo Testamento, são cada vez mais freqüentes. Por

isso há necessidade de obras como a presente, que nos deixem informados sobre o estado das discussões nos vários campos em questão. Neste sentido, um grupo de sete biblistas da Associação Católica de Estudos Bíblicos do Canadá se propôs o desafio de explorar o vasto campo das pesquisas e apresentar-nos as principais orientações e descobertas atuais. A obra se destina a professores que têm a missão de iniciar seus alunos no conhecimento do Novo Testamento. Para atingir esta finalidade o comitê organizador decidiu incluir na obra os seguintes aspectos: o ambiente do Novo Testamento, a problemática do Jesus histórico, os grandes conjuntos literários do Novo Testamento, além de uma reflexão de cunho hermenêutico.

A obra se divide em seis capítulos. No cap. I (p. 15-67), “A Palestina do primeiro século”, Jean-Paul Michaud faz um apanhado muito bom no que se refere à geografia e à política da terra de Israel no séc. I. Esclarece o leitor sobre a situação sócio-histórica da Galiléia desta época, sobre as várias tendências do judaísmo de então, antes e depois do ano 70. Traça um perfil sobre os diferentes grupos religiosos do tempo de Jesus (samaritanos, fariseus, zelotes, saduceus, essênios e batistas) e das correntes religiosas posteriores, como a rabínica, a mística, a apocalíptica e a cristã; dentro do cristianismo primitivo descreve as várias tendências, como os que eram favoráveis à circuncisão, os que exigiam respeito a certas práticas alimentares (At 15,20), os que continuavam ligados às festas judaicas (At 20,6.16) e, por fim, os que nada mais conservavam das práticas judaicas, como os helenistas.

No cap. II (p. 69-110), “Jesus e seu movimento”, André Myre nos informa sobre as discussões da exegese sobre a origem de Jesus, se ele tinha ou não irmãos, se era celibatário ou sabia ler. É possível uma reconstrução histórica? Qual a relação entre o que diz a fé e o que a história é capaz de dizer sobre Jesus? Que sabemos do Nazareno, de sua relação com João Batista? Por que Jesus escolheu doze apóstolos? Que tipo de mensagem anunciava? Qual a relação entre as curas de Jesus e a recuperação da dignidade humana? Qual o sentido do abandono de Jesus na cruz? Como começou a fé em Jesus, ressuscitado e feito Senhor? Como se desenvolveu o movimento de Jesus após a ressurreição? No tocante à ressurreição de Jesus, o autor afirma com razão que se trata de um evento real, mas não histórico (p. 97). Isto é, não podemos documentar historicamente o momento da ressurreição de Jesus, pois é um dado da experiência da fé. Mas daí deduzir, como o autor faz na nota 39, que “é totalmente legítimo apoiar-se numa causa histórica para explicar o desaparecimento do cadáver de Jesus” (como se sugere em Mt 28,11-15), é algo questionável. Hoje, podemos até aceitar uma fé na ressurreição, mesmo que a ciência arqueológica comprove o achado dos restos mortais de Jesus. Na antropologia judaica, porém, dificilmente se poderia falar da ressurreição de Jesus, estando presente na sepultura o seu cadáver.

Jean-Yves Thériault, no cap. III (p. 111-160), no seu estudo “Paulo e suas cartas”, nos coloca em dia com as discussões da exegese sobre a figura de Paulo e a origem dos escritos que lhe são atribuídos. Além de apresentar o que a exegese hoje diz sobre o assunto, o autor, cá e lá, faz algumas propostas pessoais de interpretação.

No cap. IV (p. 161-197), “Os Sinóticos e os Atos dos Apóstolos”, a autora O. Mainville nos introduz na questão da redação dos evangelhos. Qual o caminho percorrido entre o despertar da fé cristã e a formação das primeiras tradições, que levaram à redação dos evangelhos? A autora procura destacar a originalidade teológica e o objetivo de cada um dos evangelhos, bem como dos Atos dos Apóstolos. Na p. 180, nota 20, onde há um cochilo da tradutora, é necessário rever a tradução.

O cap. V (p. 199-295) é o mais extenso, porque trata dos “Escritos joânicos”. Pierre Létourneau se ocupa do Evangelho de João e das três epístolas e Jean-Pierre Prévost, do Apocalipse. P. Létourneau situa o Evangelho de João em relação aos sinóticos, apresenta os grandes eixos de sua cristologia, põe em relevo as estratégias narrativas, bem como as principais chaves de leitura e características literárias do Quarto Evangelho. Por fim, levanta com isso algumas questões sobre o autor e a data de composição. Nas epístolas trata da questão do autor, data e lugar de composição, ressaltando a riqueza doutrinal e ética da 1Jo. No estudo do Apocalipse, J.-P. Prévost nos apresenta uma ótima visão de conjunto deste livro cheio de esperança para os cristãos perseguidos. Fala das particularidades literárias, da inclusão no Cânon das Escrituras e da estrutura literária deste misterioso livro. Por fim, aborda o contexto histórico e religioso do Apocalipse, esclarecendo sobre o seu gênero e fundo literário da época e vetero-testamentário. Por fim, extrai o valor teológico do Apocalipse, especialmente no tocante à cristologia, à eclesiologia e à soteriologia.

No cap. VI (p. 297-324), Daniel Cadrin dá algumas orientações gerais sobre como se deveria “Ler o Novo Testamento hoje”. Estas orientações podem, sem dúvida, ser mais enriquecidas com a experiência da leitura popular da Bíblia que se pratica hoje no Brasil e na América Latina, no seio das Comunidades Eclesiais de Base e nas comunidades religiosas (leitura orante da Bíblia).

Cada um dos capítulos desta bela introdução aos escritos e ambiente do Novo Testamento se conclui com uma página de bibliografia básica, disponível sobretudo em língua inglesa e francesa.

Recomendamos esta importante introdução à leitura do Novo Testamento, produzida pelos exegetas do Canadá, a estudantes de teologia, a professores de Sagrada Escritura, pastores e sacerdotes estudiosos da Bíblia.

Ludovico Garmus
Caixa Postal 90023
25689-900 Petrópolis, RJ